



CM  
RB

## *Assembleia Municipal de Ribeira Brava*

**ATA N.º 3 (27/02/2026)**

**SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Realizada no dia 27 de fevereiro de dois mil e vinte e seis

----- Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis, reuniu-se a Assembleia Municipal de Ribeira Brava, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, Concelho de Ribeira Brava, sob a presidência de Clara Tiago de Sousa Coelho, estando Maria Natália Gonçalves da Silva, como primeira secretária e Jordão José Andrade de Abreu como segundo-secretário. -----

----- A Presidente da Assembleia informou que a deputada Nélia Natividade Figueira de Andrade Reis estava em substituição de Marilyn Pereira Ferreira, o deputado Tony Miguel Sousa Cabral em substituição de Renata Luísa Fernandes Rocha e a deputada Sandra Cristina Santos Silva em substituição de Humberto Jorge Faísca Silva. -----

----- A Primeira Secretária procedeu à verificação do quórum. Na sessão estiveram presentes os seguintes deputados municipais pela Coligação PPD/PSD – CDS/PP (Pela Ribeira Brava): Vítor Francisco Gomes de Abreu, Rafael João Figueira Sousa, Luísa Maria Sousa Gonçalves Ponte, Richerd Manuel Rodrigues Gonçalves, Nélia Natividade Figueira de Andrade Reis, Diogo Tito Fernandes Duarte, Lídia Mariana Teles de Abreu, António de Jesus Silva; Pelo RB1: Suzana Cristina Sousa Rodrigues, Sandra Cristina Santos Silva, Carlos Reinaldo Silva Abreu, Sónia Maria de Abreu Fernandes, Bruno Mino Garcês Mendes Correia, Marco António de Abreu Junqueira, Ana Celina Gomes Pereira do Vale; Pelo CHEGA: Tony Miguel de Sousa Cabral, Celestino Gomes Sebastião; Pelo JPP: Cátia Maria das Fontes Gouveia.-----

----- Como representantes das Juntas de Freguesia estiveram presentes: João José Gonçalves (PJF de Campanário), João Pedro Garcês Mendes Correia (PJF Ribeira Brava), Albertina de Jesus Diniz Ferreira (PJF da Serra de Água) e Manuel Inácio da Côte (PJF da Tabua). -----

----- Estiveram ainda presentes o Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Brava Jorge Santos, o Vice-Presidente Hélder Manuel Gouveia Gomes, a Vereadora Teresa Maria da Corte Gonçalves Nunes, o Vereador João David Jardim de Sousa, o Vereador Marco

M  
es



## ***Assembleia Municipal de Ribeira Brava***

Nuno Correia Martins, o Vereador Nélson José Faria e a Vereadora Andreia Luísa de Sousa Rodrigues.-----

---- Pelas dez horas e dez minutos, após verificada a existência de quórum, a Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão. -----

### **-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----**

---- Prosseguiu-se a discussão da ata da última sessão, de dezanove de dezembro de dois mil e vinte e cinco. A Sra. Presidente da Assembleia informou que as deputadas municipais Sandra Cristina Santos Silva e Nélia Natividade Figueira de Andrade Reis não votavam pelo facto de não terem estado presentes na última sessão. -----

---- A ata da última sessão foi colocada a votação tendo sido aprovada por maioria com uma abstenção da deputada Cátia Gouveia (JPP). -----

---- A Sra. Presidente da Assembleia comunicou que caso existissem declarações de voto, estas deveriam ser endereçadas à Mesa para constarem na respetiva ata. -----

---- A Sra. Presidente da Assembleia informou que a Mesa considerava oportuno conhecer a opinião dos deputados relativamente ao envio das comunicações da Assembleia. Informou ainda que, nos termos regimentais, artigo 8.º, n.º 1, a convocatória para a Assembleia Municipal deve ser efetuada por carta registada com aviso de receção. Indicou que até à data o envio tem sido por e-mail, por uma questão de celeridade processual, redução de custos e preservação do meio ambiente. Questionou se concordavam que a mesma seja realizada por via eletrónica. -----

---- O Deputado António Silva (Pela RB) concordou com o referido, alertando para a necessidade de confirmação dos e-mails. -----

---- O Deputado Bruno Correia (RB1) concordou também, indicando que já deveria ser feito há muito tempo. Sugeriu que devia ser feita uma declaração em que os deputados confirmassem o seu endereço de e-mail. -----

---- A Sra. Presidente da Assembleia solicitou que os deputados informassem, posteriormente, o respetivo endereço de correio eletrónico. Informou que as próximas convocatórias far-se-iam por via eletrónica, conforme decidido por todos, agradecendo a compreensão de todos para o tema.-----



CS  
M

### ***Assembleia Municipal de Ribeira Brava***

----- O Deputado António Silva (Pela RB) cumprimentou todos os presentes, considerando que se estava a aproximar a época dos incêndios, questionou o que estava a ser feito relativamente à manutenção dos caminhos florestais para o combate a eventuais fogos. Sugeriu que fosse pensado a criação de novos caminhos indicando que seria uma maneira de facilitar o acesso aos terrenos. Referiu que os agricultores são os grandes combatentes dos incêndios na Região, seja de forma ativa ou passiva, através da limpeza dos terrenos. Alertou para o estado das bocas de incêndio na Serra de Água, para a sua verificação antes que seja necessário à sua utilização. Abordou a taxa turística, referindo que seria interessante pensar num meio de georreferenciar os caminhos, veredas e trilhos das zonas altas do concelho, nomeadamente da Serra de Água. Salientou que esses percursos, mais do que turísticos fazem parte da ‘nossa’ identidade e cultura, e que, no futuro pode ser uma mais-valia, em primeiro lugar, por questões de segurança e em segundo lugar no reforço da ‘nossa’ posição na economia turística da Região. Indicou a existência do seu elevado potencial para crescer e que faria todo o sentido para complementar e adicionar valor a um eventual parque de campismo/ caravanismo. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal, Jorge Santos (Pela RB), cumprimentou todos os presentes. Relativamente aos caminhos florestais, deu nota de que a maior parte dos mesmos não são competência camarária, mas sim do Instituto das Florestas e Conservação da Natureza, RAM (IFCN). Indicou que na semana anterior já estavam a abrir um caminho na zona dos Aviceiros – Trompica. Mais informou ter sido enviado para o IFCN um pedido de parecer sobre outro caminho, na Serra de Água: Ameixeira ao Curral Jancão. Informou serem dois exemplos de caminhos florestais que, a curto prazo, serão reabertos. Salientou que, a parceria com o IFCN é benéfica pois permite a utilização de maquinarias de ambas as partes, dando como exemplo o sucedido no Campanário. Indicou que, recentemente, houve reformulação das equipas de trabalhos, tendo ocorrido limpezas de caminhos florestais com maquinaria pesada, além de ter sido feita a limpeza das bermas, numa faixa à volta das estradas. Salientou existirem caminhos florestais por limpar, devido ao rápido crescimento da vegetação. Sobre a taxa turística indicou estar perfeitamente definido quais as regras de aplicação dessa verba, adiantando que o primeiro projeto será relativo ao Miradouro de São Francisco, referindo que este espaço será pensado no seu todo, desde o início da Estrada Regional para criar alargamento da



## *Assembleia Municipal de Ribeira Brava*

estrada e estacionamento com condições para quem ali vive. Sobre a georreferenciação de trilhos, indicou que o Plano de Intenção Turística para o Concelho foi preparado para ir à Assembleia, em 2018. Informou que, o mesmo será retomado estando identificados os trilhos e possíveis percursos de BTT, todo-o-terrenos, pedestres, pontos estratégicos por exemplos para miradouros. Informou ter sido um investimento grande a ser analisado, para poder ser implementado aos poucos. Indicou que o mesmo virá à Assembleia no corrente ano. Sobre a questão das bocas de incêndio passou a palavra ao Vice-presidente Hélder Gomes (Pela RB). -----

----- O Vice-presidente Câmara Municipal, Hélder Gomes (Pela RB), cumprimentou os presentes. Referindo, relativamente aos hidrantes, que este executivo teve a preocupação, logo de início, de ter reuniões mensais com Águas e Resíduos da Madeira (ARM). Reforçou que foi pedido o levantamento das bocas de incêndio em funcionamento e as que não estão a funcionar, do saneamento e das redes de águas, para facilitar o trabalho dos serviços municipais. Explicou que, após os incêndios na Serra de Água, foi feito o pedido, através da ARM, de um serviço que identificou todos os hidrantes do concelho. Salientou serem pontuais os que não têm pressão e que essas situações estão a ser resolvidas pela ARM. Indicou que quando são realizados exercícios nas escolas há o cuidado de testar os hidrantes. Exemplificou que, no último exercício na escola do Campanário – Polo da Escola Básica e Secundária Padre Manuel Álvares, houve uma dúvida no hidrante e tendo sido testado pela ARM verificou-se estar a funcionar. -----

----- A deputada Cátia Gouveia (JPP) cumprimentou todos os presentes e começou por referir que, aquando da abertura de caminhos para combate aos incêndios, seria importante garantir também a disponibilidade de pontos de água. Indicou ter tomado conhecimento de ter sido aprovado, por unanimidade, o procedimento de classificação como monumento de interesse municipal o Solar do Morgado e Capela da Nossa Senhora do Bom Despacho, questionando se os mesmos ficam para usufruto da população ou apenas para uso da igreja. Indicou ter sido prometida uma requalificação do Nó Rodoviário do Campanário e que o mesmo não foi concretizado, referindo a existência de vários acidentes com carros ligeiros e pesados, o que é preocupante. Abordou também a temática das veredas indicando que há muitas que ainda não foram acabadas, estradas secundárias sem varandas, principalmente nas zonas altas, havendo idosos que não



ew5

## ***Assembleia Municipal de Ribeira Brava***

conseguem sair das próprias casas pela ausência de varandins de apoio. Relativamente aos transportes, questionou sobre a possibilidade de a câmara poder disponibilizar uma carrinha ou camionete, com horários fixos, para quem não tem viatura, poder fazer as suas compras. Questionou também, relativamente aos espaços públicos, se está a ser idealizado algo para os jovens, salientando que, na Ribeira Brava, não existe nada desse género.-----

----- O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Jorge Santos (Pela RB), referiu que, em relação aos caminhos florestais, todos têm um tipo de alcance, havendo alguns que não precisam de hidrante, apenas a questão da mobilidade. Explicou que, no caso referido, serve para facilitar a passagem de uma zona para outra, e que sem esse pequeno acesso de cerca de 700 metros, os bombeiros teriam de fazer um percurso maior com 3 a 4 quilómetros. Os bombeiros precisam mais de se movimentar do que da existência ou não de água naquela zona, principalmente nos trilhos das zonas altas e estradas de terra, nos quais um acesso desimpedido permite o combate rápido ao fogo. Salientou que nas estradas que estão a ser projetadas estão a ser colocadas as redes essenciais, quer de água, quer de esgoto. Sobre o Solar do Morgado e Capela da Nossa Senhora do Bom Despacho, aprovados como monumento municipais, explicou ser uma figura que existe, com a condição de preservar o património local. Indicou que os dois monumentos pertencem à igreja, mas que essa nomeação permite à Paróquia recorrer a apoios e financiamentos para preservar aquele património. Salientou que além de ser património da igreja, também é de ‘todos nós’. Comparou ao edifício da Câmara, que se trata de património de ‘todos nós’. Reforçou que esta classificação, acima de tudo valoriza o nosso património, além de permitir que a entidade responsável possa ter recursos para preservação e proteção de imóveis. Sobre o Nó do Campanário, referiu que o mesmo está contemplado no PIDDAR - Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração da RAM, talvez não como seria desejável com valor/ verba significativa para a sua conclusão no presente este ano. Será necessária a revisão do projeto para poder lançar o devido procedimento. Explicou a existência de um projeto inicial ao qual foram feitas alterações pela Câmara pelo facto de não estar contemplada a questão da mobilidade, esquecendo a população que lá vive. Esse projeto foi reformulado pelo anterior executivo, tendo sido submetido ao Governo Regional. Referiu que teve aceitação e que ao mesmo tempo já

CSB  
y  
m



## ***Assembleia Municipal de Ribeira Brava***

contemplava no futuro a ligação à Estrada da Amoreira. Sobre as veredas explicou que existirão sempre melhoramentos a serem feitos, salientou que as Juntas de Freguesia têm feito muito bem esse trabalho. Realçou ser uma questão de sinalizarem essas situações junto dos presidentes de junta, nomeadamente sobre a colocação de varandins. Realçou a colaboração do Município. Relativamente à questão da mobilidade, nomeadamente à disponibilização de uma carrinha, o Senhor Presidente referiu o Programa do Governo Regional que atribuí passe gratuito aos maiores de 65 anos. Reconheceu que, em algumas zonas do concelho o serviço de transporte público, a nível de horário e existência, não cobre as necessidades da população. Informou que em breve virá à Assembleia, um regulamento sobre esse tema. Explicou que não há possibilidade de haver carrinhas camarárias em todos os becos e estradas, mas haverá um complemento, que será chamado o transporte Solidário Sénior, em parceria com a rede de táxis do concelho, através do qual os idosos poderão ter uma participação nesses transportes através do cartão do idoso. Assim “os nossos idosos” poderão recorrer ao serviço de táxi e o Município participará com um montante até 150 euros anuais. Realçou que esta não é uma ajuda diária, mas serve para minimizar alguns custos. Explicou que, na presente Assembleia, será abordada a abertura de um projeto na área do envelhecimento ativo e saudável. Salientou que o envelhecimento ativo deve ser preparado cada vez mais cedo. Adiantou ainda que, brevemente, será também lançado o Observatório da Juventude. -----

----- O Vice-presidente Câmara Municipal, Hélder Gomes (Pela RB), relativamente aos caminhos florestais, indicou que o caminho que liga a Trompica aos Aviceiros vai criar uma linha de corta-fogo. Explicou a necessidade de existir parceria entre as várias entidades e que, embora não seja competência camarária, a câmara mostra que quer agir e não reagir. Explicou que a linha corta-fogo é um primeiro passo e que a instalação de uma rede de água será à posteriori. Após a estrada aberta, posteriormente o IFCN poderá ter a intenção de instalar uma rede de água. Sobre a questão da Serra de Água, explicou tratar-se de uma situação diferente, está a ser aberto o caminho, que além de ser uma mais-valia no combate a incêndios e da proteção civil, facilitando os produtores e a agricultura através do cultivo dos terrenos. -----

-----O Deputado Diogo Duarte (Pela RB) cumprimentou todos os presentes e explicou que a sua intervenção consistia em dois pedidos em relação às bolsas universitárias.



## ***Assembleia Municipal de Ribeira Brava***

ews  
C

Primeiro, abordou a submissão dos pedidos, a forma como o processo se tem vindo a desenrolar sobretudo nestes últimos anos letivos, através do envio da documentação via e-mail. Pediu que a reutilização da plataforma existente para essa submissão, reforçando a eficiência organizacional para a Câmara em termos de recolha de documentação. Apontou situações que acontecem, como o esquecimento do envio de um documento, o que na plataforma é facilitado, pois todos os documentos têm de ser submetidos na área correta. O segundo pedido incidiu sobre o pagamento das bolsas. O senhor deputado solicitou que se verificasse a possibilidade de o pagamento ser efetuado em mais prestações. Explicou que as duas prestações pagas, atualmente, são na altura do Natal e da Páscoa, sugerindo que fosse feita em quatro prestações: mais próximo ao início do ano letivo, para ajudar nos custos iniciais (livros, impressões...), no Natal sobretudo para os estudantes que estão deslocados, na Páscoa e entre o Natal e a Páscoa ou após esta, conforme fosse considerado mais adequado.-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal, Jorge Santos (Pela RB), começou por abordar a questão do pagamento 'em mais prestações', referindo ser uma questão de regulamento que poderá ser analisada. Explicou que o período de candidaturas tem de ser sempre feito mediante a inscrição no curso e a abertura do respetivo período, e que fazer o pagamento muito mais cedo, não vai ser fácil porque há também o período de submissão, da análise, posterior aprovação em reunião de Câmara, notificação em audiência de interessados, etc. Salientou a existência de trâmites que não podem ser ultrapassados. Considera ser possível antecipar um pouco, no entanto reforçou que muito mais cedo não será muito viável. Aproveitou para informar que, nos últimos meses, foram criadas várias plataformas, exemplificando a rede de transportes, e que a bolsa de estudo também terá uma correspondente. Realçou que a desmaterialização, da modernização, da simplificação de processos está a arrancar: para as bolsas, para os transportes, gestão de ocorrências, iluminação pública, gestão da rede de águas, gestão dos estacionamento, gestão de tramitação de processos encontram-se quase todas em desenvolvimento. -----

----- O Vice-presidente Câmara Municipal, Hélder Gomes (Pela RB), reforçou o que foi dito, dando os parabéns à comissão e indicando que tem realizado um trabalho fantástico. Salientou que o pagamento em dezembro é uma corrida contra o tempo, existe esse esforço porque consideram ser um presente e um alívio financeiro para as famílias na

4  
CB



## *Assembleia Municipal de Ribeira Brava*

época de Natal. Remeteu para a informação da última Assembleia Municipal, de 19 de dezembro, na qual já constava informação da plataforma de bolsas de estudo de 2026/2027 destinada a modernizar, simplificar e agilizar o processo de submissão, análise e acompanhamento das candidaturas. Explicou que a plataforma já existe internamente, está a ser analisado tudo o que seria alvo de melhorias para depois ser implementado na plataforma, tratando-se de um trabalho contínuo. Referiu que a plataforma será melhorada e implementada para as candidaturas de 2026/2027. -----

----- A deputada Ana Celina do Vale (RB1) cumprimentando todos os presentes, dirigiu-se ao senhor Presidente da Câmara para expor três situações/problemas, referindo serem de competência autárquica. A senhora deputada indicou que nas propostas eleitorais do RB1, em 2021, constava a conclusão dos caminhos Longueira-Rodes e Longueira-Pedregal, no Campanário. Passados mais de quatro anos, as obras continuam por concluir, numa situação que se arrasta há cerca de 15 anos. Prosseguiu, indicando que, paralelamente os moradores continuam sem iluminação pública e sem recolha de resíduos sólidos, apesar do pagamento regular da taxa de resíduos sólidos, incluída na faturação mensal da ARM. Em segundo lugar, a senhora deputada falou do estacionamento abusivo na Rua Comandante Camacho de Freitas, na zona do Vale, com viaturas estacionadas na própria faixa de rodagem, apesar da existência de lugares disponíveis nas imediações. Referiu que esta situação compromete a segurança rodoviária, dificulta a circulação e prejudica a fluidez do trânsito. Todos sabem que o estacionamento indevido é frequente, mas aqui o problema é ainda mais incompreensível, porque há estacionamento disponível e simplesmente não é utilizado. Em terceiro, a senhora deputada falou da ocupação indevida de espaço público na Fajã da Ribeira, no troço da antiga estrada entre o largo da antiga ponte e a nova ponte, referindo ser a única entrada e saída da localidade, verificando-se a ocupação do espaço público com um contentor e embarcações. Trata-se de um espaço que poderia ser reorganizado, pelo menos parcialmente, para estacionamento, bem como os espaços laterais da ponte, ajudando a minimizar a falta de estacionamento existente na zona e evitando o uso da ponte para esse efeito, com os consequentes constrangimentos à circulação. Após explicação das situações, questionou o senhor Presidente da Câmara se as mesmas já se encontram devidamente assinaladas e



## ***Assembleia Municipal de Ribeira Brava***

cus  
CM

acompanhadas pelos serviços competentes e se existe previsão concreta para a sua resolução.-----

----- O Presidente da Câmara Municipal, Jorge Santos (Pela RB), começou por abordar a ligação Rodes–Longueira, referindo tratar-se de um problema antigo, que remonta, salvo erro a 2010-2011. Explicou que foram celebrados contratos-programa com o Governo e a obra chegou a ser iniciada. Contudo, segundo referiu, o Governo não terá cumprido integralmente os pagamentos previstos, tendo a Câmara Municipal assumido as despesas e suportado a respetiva dívida, durante vários anos. Explicou que, em algumas situações, houve necessidade de proceder a reajustes, sendo esta uma das situações pela qual o projeto não foi concluído. Explicou que o grande problema da situação apontada é a passagem hidráulica, que faz encarecer aquela obra. Indicou ainda as questões apontadas pela senhora deputada, nomeadamente no que respeita à iluminação, aos resíduos e à necessidade desse investimento. Referiu que essa ligação não consta do manifesto, por se tratar de uma proposta do Governo, nomeadamente no que respeita à passagem hidráulica. Reafirmou que, à semelhança de outras situações e dentro do possível, irão tentar minimizar a situação, seja através da continuação daquela estrada, seja através de outra solução, não assumindo, contudo, esse compromisso. Sobre o estacionamento abusivo, realçou que não ocorre apenas na Estrada Comandante Camacho de Freitas, acontecendo um pouco por todo o concelho. Informou que, na semana transata, foram notificados cerca de 81 carros, reforçando que é competência do município detetar essas situações, mas o veículo terá de ser considerado abandonado há algum tempo. Realçou que a competência relativamente a um veículo mal-estacionado é da PSP. Salientou que o novo PDM – Plano Diretor Municipal, agora aprovado, permite a construção de estacionamento sem projeto até 25 m<sup>2</sup>, desde que as paredes de contenção não sejam superiores a 2 m. Explicou que se trata de uma forma de incentivo para as pessoas criarem estacionamento e retirarem os carros da estrada. Indicou que têm andado pelo concelho a identificar locais para criar bolsas de estacionamento, apontando como exemplo São João. Após alguns esclarecimentos sobre o local exato a que a senhora deputada se referia, o senhor Presidente explicou tratar-se de uma estrada regional, mas que poderão fazer referência a essa situação com todo o gosto. Por último, o senhor Presidente da Câmara indicou terem conhecimento da última situação apontada, explicando que, depois das casas, existia uma

es) M



## ***Assembleia Municipal de Ribeira Brava***

via que foi destruída pelo temporal de 20 de fevereiro, tendo sido posteriormente criada uma passagem pública com a nova ponte. Referiu tratar-se de domínio municipal, sendo uma estrada que deixou de o ser e que se encontra um pouco ao abandono. Reforçou que não se trata atualmente de uma estrada, que até estava vedada, sendo uma situação a averiguar.-----

----- A senhora Presidente da Junta de Freguesia da Serra de Água, Deputada Albertina Ferreira (Pela RB), cumprimentando todos os presentes, referiu querer dirigir duas palavras de apreço. A primeira, ao senhor Presidente da Câmara, pelo seu esforço, tanto na logística como na realização da Mostra da Poncha e do Mel, que é tão importante para a freguesia, bem como pela sua insistência junto do Secretário Regional da Agricultura. Saliu que, por vezes, faz falta recordar que a poncha e o mel têm repercussões muito importantes na forma de vida dos residentes. A segunda palavra de apreço foi dirigida ao senhor Vereador, referindo que os sistemas que a Câmara implementou na organização das limpezas estão a dar frutos e que, neste momento, as estradas da Serra de Água estão mais limpas. Referiu que, ainda não está como deveria, mas que está melhor do que estava anteriormente, agradecendo por isso. A senhora deputada questionou se nas obras que têm vindo a realizar para melhoramento da praça e do estacionamento da Serra de Água, se recordaram do seu pedido no sentido de deixar um espaço para a criação de algumas lojas de renda acessível. Explicou que o centro da freguesia tem poucos espaços que permitam potenciar o comércio. Deu como exemplo a farmácia e a dificuldade em encontrar um espaço para arrendar, reforçando novamente o pedido. Por fim, agradeceu à Câmara a atenção que têm dado relativamente aos hidrantes. Enalteceu que, quando afirma que os hidrantes na Serra de Água estão secos, é porque efetivamente estão. Referiu que, como a ARM tem outro entendimento, solicita ser incluída na próxima reunião com essa entidade, uma vez que, em situações de incêndio, será a própria que estará no terreno.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Jorge Santos (Pela RB), agradeceu também à Senhora Presidente da Junta de Freguesia da Serra de Água pela insistência que teve no sentido de trazer novamente a farmácia para a freguesia. Relativamente às praças, referiu que o prazo de execução já se encontra ultrapassado, existindo urgência na realização da intervenção, e que já se encontram a trabalhar nesses projetos, com vista



es  
CM

## *Assembleia Municipal de Ribeira Brava*

ao lançamento dos procedimentos relativos às duas pracetas. Indicou ainda as alterações previstas, bem como a inclusão de um pequeno espaço museológico da Empresa de Eletricidade da Madeira, que cedeu algumas peças ao Município. Referiu que essa possibilidade está mais ou menos contemplada, não conseguindo precisar exatamente o que será feito, mas salientando que, pelo menos, será deixada a possibilidade de vir a ser criado no futuro.-----

----- O Vice-Presidente da Câmara Municipal, Hélder Gomes (Pela RB), voltou ao tema da estrada do Rodes-Longueira. Explicou que haviam recebido, por parte de uma munícipe, um alerta de que os camiões betoneira conseguiam efetuar a manobra de inversão naquele local, mas o camião do lixo não se deslocava ao local para efetuar a recolha. Referiu que solicitou que a ARM se deslocasse novamente ao local para comprovar se o camião conseguia ou não efetuar a manobra, tendo-se verificado que, devido ao compactador — por ser mais comprido e mais baixo —, não consegue dar a volta. Relativamente aos hidrantes, referiu ter afirmado o que a Senhora Presidente da Junta de Freguesia da Serra de Água expôs que os hidrantes se encontravam secos. Explicou que foi referido que, na altura dos incêndios, houve muita sobrecarga e alguns tubos arderam, tendo essa situação sido, entretanto, identificada e resolvida. Enalteceu ainda que reforçará essa questão na próxima reunião com a ARM e que solicitará mais esclarecimentos sobre o assunto. -----

----- O Deputado Bruno Correia (RB1), cumprimentando todos os presentes, pediu esclarecimentos relativamente ao procedimento referido no Diário de Notícias, que terá sido elaborado fora de prazo e não cumprindo, supostamente, o Código dos Contratos Públicos. Referiu que a população comentou que a iluminação deste ano estava muito mais bonita e que, sendo o Município uma “Terra de Sonho e Tradição”, questionou o motivo de o centro (em frente à Câmara) não manter essa tradição, nomeadamente o trabalho realizado pela Dona Celeste, sem qualquer custo para a Câmara Municipal. Enalteceu que é precisamente esse lado tradicional que as pessoas procuram ver, e não um “enfeite tipo hotel”. Indicou que não sabe se o valor de 42 mil euros, acrescido de IVA, se justifica para esses efeitos. Questionou ainda se esse montante não poderia ser utilizado para renovar imagens e outros enfeites de Natal ou para melhorar as atrações, como juntar uma mini roda-gigante, um carrossel ou outras atividades ao comboio.



## *Assembleia Municipal de Ribeira Brava*

Explicou que a existência destas atrações poderia atrair mais pessoas ao concelho, podendo inclusive ser cobrado um preço simbólico de um euro. Considera que esse valor poderia ter melhor aplicação do que gastar essa quantia em “enfeites tipo hotel”, reforçando que esta se trata de uma “Terra de Sonho e Tradição”. Adiantou ainda que esse montante poderia também ser canalizado para apoiar pessoas que necessitam de realizar obras de melhoria nas suas habitações, como a construção de casas de banho. O Senhor Deputado abordou ainda a questão da georreferenciação de veredas, recordando que já havia falado anteriormente sobre o tema. Salientou que existe um património de veredas, sobretudo urbanas, muito bonitas, destacando as da Serra de Água. Referiu-se à possibilidade de passar esse roteiro para uma aplicação digital e incluir essas veredas. Abordou também a questão do estacionamento na Rua 6 de Maio, referindo a necessidade de mais lugares de estacionamento e indicando que os que foram criados na Rua dos Dragoeiros não são solução para o problema. Sugeriu o aproveitamento de alguns terrenos existentes na Rua 6 de Maio. -----

----- A Senhora Presidente da Assembleia solicitou que o Deputado Bruno concluísse a sua intervenção, por já ter excedido o tempo previsto. Salientou que haveria a possibilidade de reformular posteriormente a intervenção, após os esclarecimentos do Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

----- Para responder ao solicitado, interveio o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Jorge Santos (Pela RB), começando por referir que, relativamente ao procedimento em causa, foi detetada uma situação que se encontra atualmente em análise. Advertiu que o Senhor Deputado já esteve do outro lado, conhecendo bem as exigências do dia-a-dia e o funcionamento da plataforma de contratação pública. Explicou que tomaram posse no dia 31 de outubro de 2025, sendo que o acesso às plataformas é restrito e carece de registo, o qual apenas pode ser efetuado após a autenticação pessoal do Presidente, na sequência da sua nomeação e da delegação de competências. Referiu que a GTS possui o seu próprio processo, já com atribuição pessoal sua e do Município, tendo o mesmo ficado concluído apenas no final de novembro. Informou ainda que, do seu conhecimento, não se verificaram mais situações semelhantes. Relativamente à questão das decorações, referiu tratar-se de uma opção de gosto. Quanto ao destino do investimento, explicou que se trata de uma decisão de natureza política. Afirmou aceitar a crítica, embora não a encare da



Handwritten signature and initials.

### ***Assembleia Municipal de Ribeira Brava***

mesma forma, assumindo, contudo, a responsabilidade pelas decisões tomadas. Salientou que a Ribeira Brava continuará a ser uma “terra de sonho e tradição”. Referiu que todos os espaços onde a Dona Celeste realizou os seus arranjos foram mantidos, tendo sido acrescentado apenas um complemento, um “upgrade” que pretenderam introduzir. Enalteceu a Dona Celeste que continua e continuará a colaborar, referindo que, se fosse possível, estenderia o seu trabalho a todo o concelho. Sobre outras atratividades, informou estarem a ser ponderadas novas iniciativas. Destacou ainda que foi responsável pelo pelouro da Cultura, nomeadamente na elaboração dos respetivos cadernos de encargos. Indicou que o próximo ano já está a ser preparado e que, por exemplo, a instalação de uma pista de gelo é uma ideia que se encontra em análise, dependendo ainda da avaliação de orçamentos. Reforçou que o Natal não se resume apenas às iluminações, mas também às casas cheias, ao Mercadinho de Natal, aos arranjos considerados “de hotel”, aos arranjos da Dona Celeste e a um conjunto de elementos que, em conjunto, criam o espírito natalício. Quanto à georreferenciação, concordou tratar-se de um tema que tem vindo a ser falado ao longo do tempo. Informou que estão a ser preparadas placas identificativas para colocação na Vila, contendo, para além do nome das ruas, uma breve referência histórica sobre as mesmas, encontrando-se prontas para instalação. Referiu ainda o livro apresentado na última Semana da Cultura do Concelho, explicando que a parte física se encontra concluída, faltando apenas a componente digital. Considerou que este mandato ficará marcado pela modernização e pela transição digital. No âmbito das reuniões realizadas sobre esta matéria, e com técnicos que acompanham vários concelhos, já foi transmitido o feedback de que a Ribeira Brava se encontra um pouco à frente de outros concelhos. Realçou que o urbanismo será o setor a iniciar este processo de transição, prevendo-se que, dentro em breve, toda a tramitação processual passe a ser efetuada em formato digital. Relativamente aos estacionamento na Rua 6 de Maio, indicou que o Executivo tem vindo a procurar terrenos e a desenvolver negociações nesse sentido. -----  
----- A Senhora Presidente da Assembleia dirigiu-se ao plenário, informando que o tempo destinado ao período antes da ordem do dia já havia decorrido. No entanto, considerando que o Deputado Bruno Correia não havia concluído a sua intervenção, questionou o plenário sobre se todos concordavam em permitir que o mesmo a concluísse. Todos anuíram.-----



## *Assembleia Municipal de Ribeira Brava*

----- Foi dada a palavra ao Deputado Bruno Correia (RB1), que começou por referir que estamos na era da digitalização e que os apoios da União Europeia estão fortemente orientados nesse sentido, considerando inevitável que, durante este mandato, se verifiquem avanços nessa área. Questionou se a requalificação do Miradouro de São Sebastião está prevista para breve, alertando igualmente para a necessidade de não se esquecer a vereda de ligação. Perguntou ainda se os terrenos a utilizar são todos de erário público ou se haverá necessidade de aquisição de outros terrenos, e, em caso afirmativo, quais. Questionou também quando será reparada a vedação danificada em novembro junto à escola EB1 e ao pavilhão, nomeadamente a rede de proteção localizada na zona da paragem. Referiu ainda que deverá haver atenção relativamente à nova iluminação na Rua dos Dragoeiros, salientando que, embora os equipamentos sejam esteticamente agradáveis, quando colocados em frente a edifícios situados junto ao passeio podem, visualmente, não se enquadrar e causar incómodos aos residentes, designadamente nas janelas das habitações. O Deputado abordou igualmente a questão do Carnaval, sugerindo que poderia ser ponderado um apoio às escolas, dentro das possibilidades existentes, de forma a permitir o acesso a outros materiais e a promover um trabalho mais uniforme, bem como a eventual criação de uma coreografia pelos professores de música. Considerou que uma parceria com a escola poderia contribuir para valorizar a iniciativa. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Jorge Santos (Pela RB), explicou, relativamente ao Miradouro de São Sebastião, que provavelmente será necessária a aquisição de alguns terrenos. Indicou existir boa vontade, havendo negociação para eventual cedência, considerando pertinente o alargamento da estrada o que será benéfico para os residentes. Explicou que há uma parte prevista em passadiço e que, na última parte, está pelo menos prevista a sua melhoria. Sobre a iluminação, referiu que tem havido o máximo de cuidado na obra, assumindo, contudo, que os trabalhos não estão a corresponder aos anseios da população. Esclareceu que todas as obras em centros urbanos são difíceis, ainda mais naquela zona, que apresenta um grande aglomerado de residentes. Relativamente ao Carnaval nas escolas, reforçou que essa reunião foi realizada com todos os intervenientes, tendo sido concedido tudo o que foi solicitado, ficando à responsabilidade das escolas a forma de participação.-----



CS

## ***Assembleia Municipal de Ribeira Brava***

----- Interveio o Vereador David Sousa (Pela RB), cumprimentando todos os presentes. Iniciou a intervenção esclarecendo que a questão da vedação será resolvida com administração direta, pelas equipas do Município. Realçou que têm reparado inúmeras situações, mas que, por vários fatores, ainda não haviam chegado a essa. Enalteceu o estabelecimento de prioridades, respondendo primeiro às limpezas e derrocadas, provenientes dos temporais, que ofereciam perigo. Relativamente à iluminação na Rua dos Dragoeiros, explicou que aquela solução decorre do projeto, sendo semelhante à existente na Vila. Informou que já foram abordados pela população sobre o tema e que estão a fazer o possível para corrigir o projeto, ponto a ponto, de modo que os equipamentos não fiquem em zonas que prejudiquem a visibilidade das pessoas e da própria rua. Adiantou ser difícil encontrar um meio termo, por se tratar de uma rua muito antiga, com desenvolvimento ao longo de vários anos, sendo que até o próprio pavimento apresentou dificuldades na determinação de cotas e na obtenção de um alinhamento adequado, garantindo o correto escoamento. Salientou que, ao longo da rua, ao resolver uma situação surgem novos desafios a cada 20 metros. Sobre o estacionamento, indicou ser uma preocupação e uma necessidade, pelo que têm estado a analisar outros terrenos naquela zona. Explicou que, com uma pequena reformulação do traçado, do loteamento dos carros e da solução técnica adotada, será possível aumentar o estacionamento previsto de 22 para 38 lugares. Referiu também as transversais existentes, indicando que será alterado o sentido do estacionamento para o lado direito da via, ganhando-se três lugares. Referiu que tudo está a ser feito para aproveitar ao máximo o espaço disponível para estacionamento, salvaguardando a mobilidade pedonal nos passeios a criar, cumprindo, no mínimo, a legislação que exige 1,20 metros de largura. -----

----- O Vice-Presidente da Câmara Municipal, Hélder Gomes (Pela RB), acrescentou, relativamente ao Carnaval, que se reuniu com todas as escolas e com o delegado escolar, tendo sido debatida a forma de organização. Referiu ter-se verificado a participação de todas as escolas, realçando que houve mais de 1.200 participantes. -----

-----Indicou existirem questões a melhorar no próximo ano, que já foram articuladas com os conselhos executivos e o delegado escolar. Mencionou que a decisão sobre a forma de participação foi deixada a critério de cada escola, de modo a potenciar a criatividade de cada um, e que todos os materiais solicitados foram disponibilizados. Referiu que



## *Assembleia Municipal de Ribeira Brava*

algumas escolas indicaram que os alunos preferem vir com disfarces individuais, enquanto outras optaram por criar temáticas de grupo, tendo sido respeitada essa opinião e escolha. Acrescentou que isso não impede que, no futuro, seja dada outra orientação. Salientou que, este ano, a iniciativa decorreu desta forma e considerou-a um sucesso, devido à envolvimento e ao dinamismo criados. -----

---- Decorrente de intervenções secundárias, a Presidente da Assembleia, Clara Coelho (Pela RB), considerou oportuno informar o plenário que a Mesa está atenta a todos os tempos regimentais e que todos serão tratados de igual forma, independentemente da cor política que representam. Agradeceu as sugestões apresentadas para melhoria dos trabalhos. -----

---- A Deputada Luísa Ponte (Pela RB) interveio, referindo ter-se também inscrito para intervir. A sua intervenção ficou para a Ordem do Dia, uma vez que o tempo destinado ao período “Antes da Ordem do Dia” já tinha sido excedido. -----

### **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

**PONTO 1** - Foi apreciada a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara e da Situação Financeira, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º da lei 75/2013, de 12 de setembro; -----

---- Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Jorge Santos (Pela RB), referindo que a informação disponibilizada se encontra separada por áreas, como forma de simplificar. Abordou a questão da agricultura, indicando que, nos dias seguintes, estava previsto apoio aos apicultores do concelho e que estavam a trabalhar no sentido de avaliar a possibilidade de apoiar os agricultores em situações semelhantes às da apicultura. Informou estarem a elaborar regulamentos na área da agricultura e do ambiente, que serão posteriormente submetidos à Assembleia. Na área da causa animal, referiu estar a ser desenvolvido muito trabalho, enumerando a campanha de adoção, de sensibilização, a assinatura de protocolo com uma associação dos Açores, as reuniões mensais com a ARM e a preocupação com as infraestruturas em construção, garantindo que já são previstas infraestruturas básicas para evitar posterior rutura de estradas. Assinalou ainda as campanhas de sensibilização, limpezas de terrenos e o protocolo com os Bombeiros, praticamente já formalizados. Sobre este último, indicou que o mesmo foi



WS  
→  
[Handwritten signature]

### ***Assembleia Municipal de Ribeira Brava***

aprovado, em reunião de Câmara, a restituição de verba aos Bombeiros, no valor de 6 mil euros, em virtude do não cumprimento parcial do protocolo. Prosseguiu referindo no âmbito do turismo, desenvolvimento económico e economia azul, que o tema já havia sido abordado aquando da discussão sobre a aplicação da taxa turística. Na área da educação, mencionou terem sido apresentadas, em Reunião de Câmara, atualizações de três regulamentos. Apontou ainda o programa Eco-Escolas, os protocolos assinados e as verbas transferidas para as Juntas de Freguesia, as verbas em análise para o associativismo, o pagamento dos apoios escolares, a criação de uma plataforma para a rede de transportes, a reformulação das equipas de trabalho e a dinamização da Universidade Sénior e dos Centros Intergeneracionais. Sobre habitação, referiu a aprovação do regulamento de atribuição de habitações sociais, destacando que se trata de um processo financiado pelo PRR, ao abrigo do Primeiro Direito, de acordo com a estratégia local de habitação aprovada por aquela Assembleia, tendo sido acompanhado e supervisionado por uma equipa responsável pelo processo, inclusive pelo regulamento e pelo processo de candidaturas e de admissibilidade das pessoas. Salientou as plataformas verticais a serem adquiridas, adiantando que a do urbanismo será aplicada brevemente. Alertou para o trabalho em desenvolvimento sobre Normas de Controlo Interno, RGPD, cibersegurança e mecanismos anticorrupção, salientando que o RGPD será implementado na prática ainda no corrente semestre. Enumerou infraestruturas, mobilidade e trânsito, referindo que há muitas obras em curso, algumas provenientes do executivo anterior, sendo necessário acompanhamento. Salientou que, em algumas situações, houve alterações aos projetos, dando o exemplo da Estrada da Pedra, cujo financiamento foi perdido por não ter sido concluída dentro do prazo previsto (31 de novembro). Enalteceu que a estrada será executada e que o projeto está a ser alterado. -----

----- Interveio a Deputada Luísa Ponte (Pela RB), cumprimentando todos os presentes. Em relação à passagem de direito das pracetas, questionou se as obras iriam acontecer este ano ou nos anos seguintes, remetendo para o “em breve” indicado pelo Senhor Presidente. Realçou que, quanto mais tarde começar, mais caros se tornam os projetos, devido à degradação. No que concerne às queimadas, questionou se a Câmara tem intenção de manter o valor das taxas ou isentar. Em caso de isenção, sugeriu que fosse feito, na mesma, o requerimento, salientando que isso poderia ser benéfico, no sentido de

CS  
4



### ***Assembleia Municipal de Ribeira Brava***

reduzir incêndios, pois as pessoas iriam disciplinar-se e fazer os pedidos para as suas queimadas. Constatou a existência de menos policiamento no concelho. Revelou não saber se seria boa ideia a Câmara ponderar, futuramente, a instalação de câmaras de vigilância no concelho, devido a alguns pontos críticos identificados. -----

-----A Senhora Presidente da Assembleia, Clara Coelho (Pela RB), apresentou novamente desculpas, em nome da Mesa, à Deputada Luísa Ponte pelo lapso relativo à inscrição no período “Antes da Ordem do Dia”. Em seguida, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Jorge Santos (Pela RB), afirmou ser intenção camarária ter as peças prontas, apontando o mês de março como prazo. Salientou a questão dos procedimentos e dos prazos a respeitar, bem como dos restantes trâmites associados. Referiu existirem muitas obras no terreno e que está a ser preparado o escalonamento das mesmas, ao longo do tempo. Afirmou que os processos estarão prontos este ano, mas a execução não depende exclusivamente do Executivo. Sobre a vigilância, considera não existir grande registo de criminalidade, pelo menos no centro da Vila, mas que tal poderá vir a acontecer. Comentou sobre os sistemas de videovigilância e a legislação inerente a esta matéria. Relativamente aos incêndios, referiu o programa que está a ser preparado para a limpeza de terrenos, que prevê a limpeza por árvore, com o objetivo de incentivar as pessoas a limpar os seus terrenos. Indicou que, em parceria com o IFCN, serão distribuídas árvores, e quem proceder à limpeza terá o benefício de receber árvores para plantar, mantendo-se os terrenos limpos. Salientou que, além de uma questão ambiental, trata-se de uma questão de proteção civil, acrescentando estarem previstas algumas isenções. -----

----- O Vereador David Sousa (Pela RB) interveio sobre a temática da segurança e vigilância. Começou por indicar que esteve presente num congresso sobre videovigilância, tendo sido abordada a questão da pertinência e do motivo pelo qual este sistema é instalado. Explicou que não pode ser colocada apenas com base na sensação de falta de segurança, é necessário existirem dados concretos provenientes do relatório anual enviado às câmaras e outras entidades públicas, no qual são apresentadas referências, caso existam, sobre a criminalidade no concelho. Salientou que, apenas, com dados relevantes é aconselhado avançar, sendo necessário estudar o caso e promover a respetiva



ews  
O

## ***Assembleia Municipal de Ribeira Brava***

autorização junto da Autoridade Nacional de Proteção de Dados. Indicou tratar-se de um processo longo, dando como exemplo o Município de Câmara de Lobos, que iniciou o processo em 2022 e ainda não se encontra concluído. Referiu que no “nosso” concelho, não há criminalidade substancial que justifique a utilização de videovigilância. Mencionou estarem a preparar um estudo sobre a mobilidade do trânsito e sobre a forma como as novas tecnologias podem ajudar. Adiantou existirem câmaras que podem ser instaladas pois não fazem videovigilância, não recolhem imagens, mas sim dados, analisando informação relativa ao trânsito e ao estacionamento. Explicou tratar-se de uma mais-valia para detetar vagas de estacionamento nas ruas e nos parques, facilitando também, no âmbito da fiscalização, um maior controlo sobre situações de estacionamento indevido. Acrescentou que o utilizador, através dessa informação e com acesso a uma plataforma, poderá, ao chegar ao destino, obter a indicação da quantidade de lugares disponíveis nas ruas, constituindo assim uma mais-valia em termos de mobilidade. Referiu que existe a intenção de implementar esta solução na Ribeira Brava, no seguimento da Regeneração Urbana que se encontra em curso.-----

----- O Vice-presidente da Câmara Municipal, Hélder Gomes (pela RB), tomou a palavra para prestar esclarecimentos sobre o regulamento relativo à limpeza de terrenos, explicando que, quando as pessoas limparem os terrenos, serão oferecidas árvores de fruto tradicionais da região. Realçou que a medida terá impacto na economia, explicando o ciclo de limpar para cultivar/produzir, ficando os terrenos menos propícios a fogos. Referiu que o documento será submetido de acordo com os trâmites legais, estando prevista a isenção das queimadas em situações de limpeza de terrenos. Considera que faz sentido que seja isento, para que as pessoas realizem a queimada controlada e sem custo. Saliu o impacto na proteção civil e no apoio à economia local. -----

----- O Deputado Bruno Correia (RB1) referiu não saber se tinha percebido bem a questão do apoio, esclarecendo que esse não é o principal custo na limpeza de um terreno, quando o objetivo são os terrenos que estão por limpar e não os que já estão a ser cultivados. Indicou que poderá não ser a solução para a questão da limpeza de terrenos, mas que poderá ser para a agricultura. O senhor deputado abordou ainda a questão da identificação de estacionamentos disponíveis através de sistemas, referindo que é necessário avaliar se



## *Assembleia Municipal de Ribeira Brava*

é exigida uma manutenção diária, uma vez que, pela sua experiência, já chegou a locais com indicação de lugares disponíveis quando, na realidade, não existiam. -----

----- O Vice-presidente da Câmara Municipal, Hélder Gomes (pela RB) salientou que nem todas as medidas são boas, nem todas são más, sendo uma medida que esperam que funcione sendo mais pedagógica pois fornecem ferramentas às pessoas, “agradecendo” por uma ação que é obrigação dos mesmos. Referiu tratar-se de uma medida de apoio à agricultura e de transmissão da mensagem de que estão disponíveis para ajudar. O senhor deputado salientou ser uma medida para agir em vez de reagir. -----

----- **Declaração de voto remetida à Mesa pelo Movimento RB1:** “O RB1 toma conhecimento da informação apresentada, registando os dados relativos à execução financeira e à atividade municipal. Reafirmamos a necessidade de maior previsibilidade e rigor na gestão, bem como de informação cada vez mais detalhada e transparente.”-----

**PONTO 2** - Discussão e votação da proposta da 1ª Alteração Modificativa ao Orçamento Municipal de 2026 e Grandes Opções do Plano (1ª Revisão Orçamental), nos termos do disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 25.º da lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- O Presidente da Câmara Municipal, Jorge Santos (pela RB), explicou ser já possível, fruto do Orçamento de Estado, a inserção das fontes disponíveis, não só do saldo de gerência, antes da aprovação da prestação de contas, desde que a demonstração da execução orçamental esteja aprovada. Elucidou que o orçamento é elaborado em novembro, com alguns dados ainda previsionais, existindo agora esta ferramenta que permite corrigir não só a situação do saldo, mas também proceder às adaptações necessárias face às correções previstas na altura. Referiu que se trata de uma questão de nomenclatura, sendo que, no POCAL, era designado por revisão e agora passa a denominar-se alteração modificativa. Esclareceu que o documento em análise corresponde à aprovação da execução orçamental e, simultaneamente, ao pedido à Assembleia para que seja inserido o saldo de gerência no orçamento já aprovado, incluindo as respetivas correções, de modo que o mesmo fique devidamente ajustado. Identificou os valores relativos a transferências do Estado, Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal, participação variável no IRS, excedente orçamental e financiamento proveniente da candidatura a um projeto em parceria com o Município da Calheta, com vista a dar maior abrangência ao mesmo. Remeteu para os mapas



ews  
[Handwritten signature]

### ***Assembleia Municipal de Ribeira Brava***

disponibilizados e indicou que o valor a incluir está maioritariamente direcionado para investimento, cerca de 88%. Detalhou ainda as áreas de aplicação: viação rural/obras; novas construções; equipamento e maquinaria; aquisição de viaturas/autocarros; escolas; praça da Tabua e praça da Serra de Água; orçamento participativo jovem; miradouro de São Sebastião; e atualizações com pessoal, nomeadamente aumentos salariais, opção gestonária e subsídio de insularidade. -----

**DELIBERAÇÃO:** Aprovado por maioria com 1 abstenção (JPP) -----

----- **Declaração de voto remetida à Mesa pelo Movimento RB1:** “Embora estas alterações revelem ajustamentos que demonstram fragilidades na previsão inicial, os documentos técnicos apresentados fundamentam as modificações propostas. O RB1 vota favoravelmente, entendendo que a revisão é necessária para garantir a continuidade da execução municipal, mantendo, contudo, uma posição de fiscalização exigente quanto ao planeamento futuro.” -----

**PONTO 3** - Discussão e votação da proposta do Plano Anual de Formação do Município da Ribeira Brava - Ano de 2026, nos termos do disposto na alínea h), do n.º 1, do artigo 25.º da lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- O Presidente da Câmara Municipal, Jorge Santos (pela RB), começou por indicar que a proposta tinha sido aprovada por unanimidade em reunião de Câmara. Explicou que faz parte do Regime Geral da Prevenção da Corrupção, que inclui as Normas de Controlo Interno, o RGPD, a cibersegurança e o plano de formação e capacitação de todos os funcionários. Referiu estar previsto na lei passando a ser obrigatório que a Câmara o prepare e o aprove no início do ano, de modo que, na prestação de contas seguinte, já constará a informação relativa ao ano anterior. Falou da parceria com a AMRAM e do trabalho realizado para identificar as necessidades das autarquias, permitindo que seja uma única entidade a disponibilizar formação. Esclareceu que a AMRAM apresenta candidaturas a fundos para formação e, posteriormente, disponibiliza os cursos aos municípios, sendo as vagas distribuídas entre estes. Internamente, é definida a área de afetação e nomeados os participantes. Salientou ainda que, no caso de outras formações consideradas pertinentes, o Município poderá também inscrever colaboradores para participar. -----



## *Assembleia Municipal de Ribeira Brava*

----- Tomou a palavra o deputado Tony Cabral (CHEGA), cumprimentando todos os presentes. Questionou por que razão não são nomeados assistentes operacionais para formação, uma vez que são peças essenciais no trabalho no exterior e, por vezes, atuam em situações de risco (escarpas, cortes de árvores, entre outras). Reforçou que, na última reunião, foi abordada a criação de um piquete, explicando que essa medida implica a existência de membros devidamente qualificados. Salientou que deve ser promovida e preparada uma formação adequada para o pessoal, que ainda apresenta carências, sobretudo na área dos primeiros socorros.-----

----- Para responder ao solicitado, interveio o Presidente da Câmara Municipal, Jorge Santos (pela RB), referindo que as formações indicadas são transversais a todas as áreas. Indicou que os últimos cursos de fiscalização foram realizados fora do plano de formação, tendo acontecido o mesmo na área da Proteção Civil. -----

-----Interveio a Vereadora Teresa Gonçalves (pela RB), cumprimentando todos os presentes e indicando que, relativamente ao plano de formação, embora as necessidades sejam identificadas pela AMRAM e o Município delas beneficie por serem gratuitas, sempre que os departamentos técnicos identificam outros cursos que constituam uma mais-valia, quer para os assistentes operacionais, quer para o serviço em geral, estes são sempre tidos em consideração. Deixou ainda a nota de que, aquando da assinatura do protocolo com os Bombeiros, houve uma prévia articulação no sentido de estes ministrarem formação, a título gratuito, na área dos primeiros socorros. Indicou que o processo está a ser articulado e posteriormente, será organizado e planeado o respetivo conjunto de formações. -----

----- O Presidente da Câmara Municipal, Jorge Santos (pela RB), enalteceu a Vereadora Teresa Gonçalves (pela RB) pelo facto de, no âmbito da formação obrigatória anual, ter tido a amabilidade de contactar os funcionários que ainda não a tinham realizado e permitir a regularização dessa situação.-----

----- O Deputado António Silva (pela RB) realçou que a formação deveria ser a mais adequada a cada área de serviço. Indicou não compreender até que ponto a formação realizada online se enquadra na utilização de maquinaria pesada ou nas regras de segurança. Destacou que seria mais oportuno promover uma formação mais específica para cada área, incluindo motosserras, máquinas e rebarbadoras.-----



ewS  
a

## ***Assembleia Municipal de Ribeira Brava***

----- Interveio o Deputado Bruno Correia (RB1), referindo que, quando esteve na Câmara, várias vezes chamou a atenção para a questão das formações. Deu razão aos deputados, indicando que as formações da AMRAM são muito direcionadas para a parte técnica de escritório e procedimentos, deixando em aberto a possibilidade de não abordarem a parte prática. Considera as formações importantes, isto ser necessário saber manusear motosserras e outros equipamentos, por questões de segurança, e enalteceu a relevância da segurança no trabalho. Alertou para a obrigatoriedade de os funcionários utilizarem todos os equipamentos de proteção individual. Esclareceu que, caso ocorra algum acidente, os seguros podem não cobrir a situação, pelo que a Câmara terá de assumir os custos, dando como exemplo um caso de invalidez. O senhor deputado questionou ainda se os Bombeiros possuem alguém certificado para atuar como formador.

----- O Presidente da Câmara Municipal, Jorge Santos (pela RB), respondeu que os Bombeiros possuem certificação e está em curso a certificação da Associação para ministrar formação.-----

**DELIBERAÇÃO:** Aprovado por unanimidade -----

----- **Declaração de voto remetida à Mesa pelo Movimento RB1:** “Consideramos que a valorização e qualificação dos trabalhadores municipais é essencial para melhorar o serviço público prestado à população. Assim, o RB1 vota favoravelmente esta proposta, sublinhando a importância de que o plano responda efetivamente às necessidades reais dos serviços.” -----

**PONTO 4** - Discussão e votação da proposta de Alteração ao Regulamento Orgânico dos Serviços Municipais, nos termos do disposto na alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º da lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Para proceder aos devidos esclarecimentos, interveio o Presidente da Câmara Municipal, Jorge Santos (pela RB). Começou por indicar que o documento havia sido aprovado por unanimidade em reunião de Câmara. Explicou estarem a trabalhar na alteração ao Regulamento Orgânico, que abrange toda a estrutura da Câmara – a sua orgânica basilar essencial, divisões, chefes intermédios e de direção superior, salientando que este processo leva algum tempo, preparando o planeamento em função das novas exigências e das pretensões e previsões do executivo, para atuação. Esclareceu que será introduzida uma figura que responde a duas necessidades já sentidas, permitindo criar até



## *Assembleia Municipal de Ribeira Brava*

duas equipas de projeto: uma na área da desmaterialização/transição digital, destacando já existirem sete plataformas disponíveis pelo que é necessário ter alguém responsável por esta área durante 24 horas por dia. Assim, será designado um coordenador na área de informática, com a responsabilidade de coordenar, corrigir e alertar. A segunda equipa será na área do envelhecimento ativo. Indicou que esta organização permitirá afetar recursos e despesas de forma mais eficiente.-----

**DELIBERAÇÃO:** Aprovado por maioria com 1 abstenção (JPP) -----

---- **Declaração de voto remetida à Mesa pelo Movimento RB1:** “Qualquer alteração orgânica deve ter como objetivo maior eficiência, funcionalidade e melhor resposta aos municípios. Face à fundamentação técnica apresentada, o RB1 vota favoravelmente, sem prejuízo de acompanhar a implementação prática das alterações agora aprovadas.” -----

**PONTO 5** - Discussão e votação da proposta de Retificação das normas de execução orçamental para 2026, nos termos do disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 25.º da lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

---- O Presidente da Câmara Municipal, Jorge Santos (pela RB), começou por explicar que este documento é idêntico ao que havia sido solicitado para inclusão na Ordem do Dia na última sessão, mas que não foi aprovado. Salientou que a lei determina que, assim que se detete um erro material, este deve ser imediatamente corrigido. Realçou que, a nível de interpretação pelos serviços, tais erros podem causar algum transtorno. Explicou que o orçamento para o corrente ano foi aprovado com as normas vigentes, embora apresentasse esses erros. Indicou terem aproveitado o facto de não ter sido incluído na última sessão da Assembleia para corrigi-lo, visto que, após essa data, houve delegação de competências, alterações legislativas e a questão da lei dos compromissos em atraso, permitindo essa dispensa, já contemplada. Falou ainda dos Compromissos Plurianuais, aprovados na última Assembleia, cujo limite legal foi alterado de 98 mil euros para meio milhão, estando previsto na lei. Elucidou tratar-se de um documento retificativo das normas de execução do orçamento aprovado, que apresentava erros materiais em quatro ou cinco pontos, agora devidamente clarificados e corrigidos. -----

**DELIBERAÇÃO:** Aprovado por maioria com 1 abstenção (JPP) -----

---- **Declaração de voto remetida à Mesa pelo Movimento RB1:** “Reconhecendo que a clarificação e retificação das normas contribuem para maior segurança jurídica e



WS  
[Handwritten signature]

### ***Assembleia Municipal de Ribeira Brava***

operacional na execução do orçamento, o RB1 vota favoravelmente esta proposta, reforçando a necessidade de estabilidade e coerência nas regras de gestão financeira.”---

**PONTO 6** - Foi apreciado o Relatório Anual de Atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Ribeira Brava, referente ao ano 2025, de acordo com o estipulado no n.º 2, do artigo 32º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens (Lei n.º 147/99, de 01 de setembro). -----

----- Para proceder à apresentação do referido relatório, tomou a palavra a Presidente da CPCJ da Ribeira Brava, Sónia Fernandes. Os dados em análise foram projetados para melhor compreensão dos presentes. A Presidente da CPCJ indicou que, em 2025, houve 100 entradas de processos na Comissão, explicando que 6 foram arquivados liminarmente por não terem sido consideradas situações de perigo e 1 foi transferido por alteração da competência territorial, totalizando 93 processos a serem trabalhados pela Comissão Restrita. Informou que, desses 93, ao longo do ano, 67 foram arquivados, tendo 26 transitado para o corrente ano. Demonstrou ainda a evolução das entradas de processos entre 2011 e 2025, salientando que de 2024 para 2025 houve um ligeiro retrocesso, com menos 12 processos. Explicou que a maior parte dos processos arquivados, em 2025, ocorreu devido à inexistência de legitimidade para intervenção, derivada da não prestação de consentimento, havendo situações em que inicialmente o consentimento foi dado, mas posteriormente retirado. Indicou existirem mais rapazes do que raparigas a serem sinalizados, sendo a faixa etária mais problemática entre os 15 e os 17 anos. Referiu que, no ano anterior, a violência doméstica foi a causa mais prevalente, apresentando também os restantes motivos de sinalizações, sendo que a entidade que mais sinalizou foi a Autoridade Policial. A Presidente da CPCJ prosseguiu a apresentação enumerando as atividades desenvolvidas em 2025, destacando o Seminário “Crescer Juntos: Família e Educação”, realizado a 10/05/2025, do qual surgiu uma iniciativa que se estenderá à ilha, começando pela Ribeira Brava, nomeadamente um projeto para jovens que saem das instituições. Falou das restantes iniciativas realizadas e da continuidade das mesmas no corrente ano, exemplificando a ida à Escola da Corujeira para aplicar o jogo “Convenção dos Direitos das Crianças/Jovens”. Referiu que as fotografias das atividades estão disponíveis no site da CPCJ, no site da Câmara e no site do Governo Regional. Explicou que todos os dados expostos foram retirados da Plataforma Nacional e indicou o link da



## *Assembleia Municipal de Ribeira Brava*

Comissão Nacional para consulta de interessados. Por fim, realçou que, a nível da Comissão Alargada, os parceiros têm colaborado muito bem, salientando apenas a mudança de comissários por parte da PSP. -----

----A Deputada Luísa Ponte (pela RB) questionou se o facto dos casos encerrados indicava que todos tinham tido um desfecho positivo e quis saber de quem partia a iniciativa de encerrar um processo. -----

---- A Presidente da CPCJ respondeu que a iniciativa de encerrar um processo cabia aos comissários, mas que um caso só era considerado encerrado se tivesse um desfecho positivo. Explicou que um caso pode permanecer em acompanhamento pelo período máximo de 1 ano, podendo, excecionalmente, ser prorrogado por mais 6 meses. Quando uma medida é aplicada e não cumprida, o caso é comunicado ao Ministério Público, passando a responsabilidade para esta entidade, salientando que, nessas situações, já não se trata de um caso com desfecho feliz. Por fim, enalteceu a excelência da equipa da CPCJ restrita. -----

---- A Presidente da Assembleia, Clara Coelho (pela RB), agradeceu a apresentação e elogiou o empenho demonstrado numa área tão sensível. -----

---- **Declaração de voto remetida à Mesa pelo Movimento RB1:** “O trabalho desenvolvido pela CPCJ é de elevada relevância social e merece reconhecimento. O RB1 regista o relatório apresentado, valorizando o esforço desenvolvido na proteção das nossas crianças e jovens.” -----

---- **Declaração de voto remetida à Mesa pelo Movimento RB1- “Posição Global”:** “O Movimento Independente Ribeira Brava em Primeiro (RB1) vota favoravelmente os pontos submetidos a votação, sustentando a sua decisão na análise dos documentos técnicos apresentados, sem deixar de manifestar preocupação quanto à necessidade de maior rigor no planeamento e na execução orçamental futura.” -----

---- E nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, declarou encerrada a sessão pelas 12 horas e 30 minutos, da qual para constar, se lavrou a presente ata, que eu, Maria Natália Gonçalves da Silva, primeira-secretária da mesa, redigi e vou assinar conjuntamente com a referida Presidente e segundo-secretário, nos termos do nº 2 do artº57, da lei 75/2013, de 12 de setembro.-----



***Assembleia Municipal de Ribeira Brava***

Ribeira Brava, 27 de fevereiro de 2026

A Presidente da Assembleia, \_\_\_\_\_

*[Handwritten signature]*

A 1º Secretária, \_\_\_\_\_

*Fátima Elvira Gonçalves do Silveira*

O 2º Secretário, \_\_\_\_\_

*Jadefrei Rodrigues*

